

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA *LATO-SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

Natheuska Bonatto

**ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
EM MAXIMILIANO DE ALMEIDA**

Natheuska Bonatto

**ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
EM MAXIMILIANO DE ALMEIDA**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância *Lato-Sensu* Especialização em Gestão da Educação Municipal, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão da Educação Municipal.**

Orientador: Prof. Leocadio Jose Correia Ribas Lameira

Santa Maria, RS
2016

Natheuska Bonatto

**ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL
EM MAXIMILIANO DE ALMEIDA**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância *Lato-Sensu* Especialização em Gestão da Educação Municipal, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão da Educação Municipal**.

Aprovado em 8 de agosto de 2016:

(Presidente/Orientador)

Santa Maria, RS
2016

RESUMO

INFRAESTRUTURA DA REDE PUBLICA MUNICIPAL EM MAXIMILIANO DE ALMEIDA

AUTORA: Natheuska Bonatto

ORIENTADOR: Prof. Leocadio Jose Correia Ribas Lameira

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada nas escolas municipais localizadas no município de Maximiliano de Almeida – RS, para conhecer, discutir e explicar como está a infraestrutura escolar, enfocando-a como componente da qualidade da educação, pois a qualidade do ambiente interfere no bem-estar de alunos e professores, bem como interfere também na aprendizagem e na atividade de docência. Optou-se por selecionar, como campo de investigação, três escolas municipais de Maximiliano de Almeida. Uma estando localizada na área urbana e duas na área rural. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico, com uma abordagem qualitativa por meio de Estudo de Caso. O presente estudo analisou a distribuição da oferta de infraestrutura e as condições de conservação dos itens que compõem as escolas públicas municipais, entendendo que tanto a presença quanto o uso de tais itens e seu estado de conservação impactam na aprendizagem dos alunos. Os dados reportados indicaram que, de forma geral, as escolas municipais contam com uma estrutura relativamente razoável no que se refere às dependências. Apenas uma das escolas analisadas está em vias de atender os padrões de acessibilidade. A questão do uso dos recursos, ainda é um ponto de estrangulamento na realidade das escolas brasileiras. O estudo ressalta as desigualdades de infraestrutura existente entre as escolas e, também chama a atenção para a importância e necessidade de analisar, os fatores contextuais passíveis de intervenção que possam trazer melhorias para o sistema educacional.

Palavras-chave: Ensino. Educação. Infraestrutura.

ABSTRACT

MUNICIPAL INFRASTRUCTURE PUBLIC NETWORK IN MAXIMILIANO DE ALMEIDA

AUTHOR: Natheuska Bonatto

ADVISER: Prof. Leocadio Jose Correia Ribas Lameira

This work is the result of a survey conducted in municipal schools located in Maximiliano municipality of Almeida - RS, to meet, discuss and explain how is the school infrastructure, focusing on it as the quality of education component because the quality of the environment affects the students welfare and teachers, and also interferes in learning and teaching activity. We chose to select, as a research field, three municipal schools Almeida Maximiliano. One being located in urban areas and two in rural areas. The methodology used was bibliographical nature, with a qualitative approach through Case Study. This study analyzed the distribution of infrastructure supply and storage conditions of the items that make up the public schools, understanding that both the presence and the use of such items and their conservation status impact on student learning. The reported data indicated that, in general, local schools have a relatively reasonable structure in relation to the dependencies. Only one of the analyzed schools are on track to meet accessibility standards. The question of the use of resources, it is still a bottleneck in the reality of Brazilian schools. The study highlights the existing infrastructure inequalities between schools and also draws attention to the importance and need to analyze the contextual factors amenable to intervention that can bring improvements to the educational system.

Key-words: Teaching. Education. Infrastructure.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 OBJETIVOS	5
1.1.1 Objetivo Geral	5
1.1.2 Objetivos Específicos	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 UMA BREVE DESCRIÇÃO DO CONCEITO DE INFRAESTRUTURA	6
2.2 A RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA E APRENDIZADO	7
2.3 A QUESTÃO DA INFRAESTRUTURA NAS ESCOLAS DO BRASIL	8
2.3.1 A gestão da educação municipal	10
3 METODOLOGIA.....	11
3.1 ESCOLAS MUNICIPAIS EM MAXIMILIANO DE ALMEIDA	12
3.1.1 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Madre Cândida Justina	15
3.1.2 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Gildo Begnini	15
3.1.3 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Monteiro Lobato	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada em algumas escolas municipais, localizadas no município de Maximiliano de Almeida – RS, para conhecer, discutir e explicar como está a infraestrutura escolar, enfocando-a como componente da qualidade da educação, pois a qualidade do ambiente interfere no bem-estar de alunos e professores, bem como interfere também na aprendizagem e na atividade de docência.

As condições de gestão de muitas das escolas públicas são precárias. Infraestrutura deficiente, professores mal preparados, classes barulhentas. É difícil falar em gestão inovadora nessas condições. Mesmo reconhecendo essa dificuldade estrutural, a competência de um diretor de escola pode suprir boa parte das deficiências.

A infraestrutura das escolas é um dos aspectos da educação brasileira que vem chamando a atenção há muitos anos. Em meados de 1980, Castro e Fletcher (1986) discutiram as condições materiais das escolas brasileiras na época. Eles colocaram explicitamente a questão da eficiência e da eficácia dos gastos públicos com educação e falaram da relevância da infraestrutura das escolas para o aprendizado dos alunos.

No espaço físico de um ambiente escolar, sua infraestrutura é importante não só pelas suas dimensões geométricas, mas também pelas suas dimensões sociais. É fundamental também que seja bem administrado, que seu gestor saiba a melhor maneira de aplicar os recursos que recebe. Mediante a esses fatos, é indispensável que tanto a infraestrutura quanto o espaço físico escolar passem a serem objetos de observação. Segundo Vygotsky, "o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas, é essencial ao seu desenvolvimento" (apud DAVIS e OLIVEIRA, 1993, p. 560). Assim, nada como um local estimulante e ao mesmo tempo um local desafiador para que o aluno possa desenvolver suas atividades estudantis, e acima de tudo, um local onde o aluno possa desenvolver seu senso crítico.

Considerando a importância desta temática, surge então o seguinte questionamento: qual o papel da gestão escolar e da gestão da educação municipal na questão da infraestrutura das escolas?

Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico e exploratório, no qual selecionou-se como campo de investigação, as três escolas municipais, onde foi analisada a infraestrutura das escolas públicas da rede municipal de Maximiliano de Almeida.

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente foram feitas observações na escola e que foram fundamentadas teoricamente por autores que trabalham a temática, estudados ao

longo da formação, originaram alguns questionamentos e, a partir dos mesmos, foi realizado um levantamento bibliográfico para uma maior apropriação teórica de assuntos relacionados à pesquisa.

Esse estudo se divide em cinco seções, incluindo esta introdução e os objetivos gerais e específicos. Na próxima seção será feita uma breve descrição do conceito de infraestrutura, analisando a relação entre infraestrutura e aprendizado, a questão da infraestrutura nas escolas do Brasil, e uma breve consideração de alguns trabalhos que analisam os determinantes da educação em termos de infraestrutura e que serviram de marco teórico para esse trabalho. Na terceira seção, será apresentada a metodologia utilizada e nas duas últimas serão apresentados os resultados e as considerações finais.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Este estudo teve como objetivo analisar se as escolas em seus espaços físicos possuem infraestrutura necessária ao desenvolvimento da aprendizagem, possibilitando verificar os possíveis fatores ambientais que interferem no desenvolvimento do processo de aprendizagem.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar quais são as condições de acessibilidade presentes nas três escolas municipais.
- Analisar quais medidas podem ser tomadas frente à realidade da infraestrutura das escolas municipais.
- Verificar os fatores relacionados à infraestrutura das escolas que possam interferir no processo de aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 UMA BREVE DESCRIÇÃO DO CONCEITO DE INFRAESTRUTURA

O conceito de infraestrutura escolar vai desde itens básicos, como o fornecimento de água, energia elétrica, manutenção e limpeza dos ambientes, salas de aulas confortáveis com mobiliários adequadas e de boa qualidade, banheiros e cozinha, passando por locais de convivência como pátios, parques e brinquedoteca, além de espaços de apoio didáticos como bibliotecas, laboratórios, quadras, entre outros, espaços para organização do funcionamento do colégio, como salas de professores, coordenadores e diretores, secretarias, almoxarifados, etc, passando também por equipamentos e materiais didático-pedagógicos, computadores com acesso à internet e demais insumos tecnológicos (CLASSAPP, 2016).

Segundo Beltrame e Moura (2016) a busca por um lugar específico para se ministrar aulas é uma preocupação bem antiga. O espaço escolar configura-se como elemento fundamental para a formação do ser humano. A busca da harmonia entre o usuário e o ambiente é uma questão que necessita ser cuidadosamente relacionada, pois deve haver uma interação entre espaço físico, atividades pedagógicas e comportamento humano.

É necessário que os projetos de escolas pensem edificações que possam ser modificadas ao longo dos anos, além de considerar o conforto ambiental: as condições térmicas, luminosas e acústicas que resultam em variações climáticas comprometendo o bem estar e o aproveitamento didático dos alunos que estejam nesses ambientes (BELTRAME e MOURA, 2016).

Em relação à infraestrutura das escolas, o Resumo Técnico do Censo Escolar de 2011 afirma que:

A infraestrutura disponível nas escolas tem importância fundamental no processo de aprendizagem. É recomendável que uma escola mantenha padrões de infraestrutura necessários para oferecer ao aluno instrumentos que facilitem seu aprendizado, melhorem seu rendimento e tornem o ambiente escolar um local agradável, sendo, dessa forma, mais um estímulo para sua permanência na escola (BRASIL, 2011, p. 33).

2.2 A RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA E APRENDIZADO

Um estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BORGES, 2011), mostra que o desempenho dos alunos que estudam em ambientes com boa infraestrutura é superior ao dos que estão em escolas que não dispõem de ambientes adequados. Segundo dados da pesquisa “Infraestrutura Escolar e Aprendizagens da Educação Básica Latino-americana”, os alunos poderiam subir as médias de 506 pontos em provas de linguagens e 497 pontos em matemática para 525 pontos e 524 pontos, respectivamente, caso tivessem condições melhores estruturais.

Na relação entre a infraestrutura escolar e os resultados acadêmicos, o estudo diz que os fatores que mais contribuem para bons desempenhos é a presença de espaços de apoio ao ensino, tais como bibliotecas, computadores, laboratórios de ciências, auditórios e quadras de esportes.

O ambiente e os elementos que o compõem formam um conjunto inseparável que interfere diretamente nas pessoas que nele estão inseridas. No que se refere ao projeto de escola, este é elaborado prevendo espaços para trabalhos com determinados métodos que não duram para sempre, por isso é necessária a reciclagem, o que nem sempre acontece com a velocidade do espaço construído (OLIVEIRA, 1998 citado por EALI, 2003). Para a educação seria importante pensar em edificações que podem ser modificadas e adaptadas, prevendo as necessidades de cada época.

Além da importância do espaço construído, outro fator que pode interferir no desenvolvimento didático dos alunos são as condições ambientais da classe: acústica, temperatura, insolação, ventilação e luminosidade, as quais podem refletir-se em fatores tão diversos como a sociabilidade dos usuários, seu desempenho acadêmico e mesmo em sua saúde (SOMMER, 1973 citado por ELALI, 2003).

A Infraestrutura e os recursos pedagógicos dizem respeito aos materiais físicos e didáticos disponíveis nas escolas, incluindo os prédios, as salas, os equipamentos, os livros didáticos, dentre outros. Esses fatores são componentes fundamentais no âmbito escolar, pois o funcionamento da escola e o bom desempenho dos alunos dependem também dos recursos disponíveis. Segundo Libâneo (2008), espera-se que as construções, os mobiliários e o material didático sejam adequados e suficientes para assegurar o desenvolvimento do trabalho pedagógico e favorecer a aprendizagem.

Segundo Soares e Andrade (2006), reconhece-se na literatura educacional que os fatores que determinam o desempenho cognitivo do aluno pertencem a três grandes

categorias: a estrutura escolar, a família e as características do próprio aluno. Estudos que investiguem tais fatores são importantes para a compreensão da dinâmica e dos determinantes do processo educacional, e contribuem para a formulação de políticas educacionais baseadas em evidências. No entanto, no Brasil, a maioria desses estudos tem centrado suas análises apenas no impacto dos fatores familiares nos resultados educacionais, relegando a, segundo plano, as questões de oferta da educação, em termos de infraestrutura e recursos pedagógicos (RIANI e RIOS-NETO, 2008).

Neste sentido, Sátyro et al. (2007) destaca que “a infraestrutura escolar pode exercer influência significativa sobre a qualidade da educação”(p.3), sendo necessário conhecer melhor a condição atual das escolas do país. Tais autores ainda destacam a pouca atenção dada ao tema. Sinalizam que a riqueza de dados sobre as condições materiais das escolas, sistematicamente levantadas pelo Censo Escolar realizado pelo INEP/MEC, é pouco aproveitada.

2.3 A QUESTÃO DA INFRAESTRUTURA NAS ESCOLAS DO BRASIL

Dados do Censo Escolar 2010 mostram que em alguns estados um percentual considerável de escolas apresenta condições de infraestrutura muito ruins. A inexistência de energia elétrica, rede de esgoto e abastecimento de água são situações não tão raras em escolas localizadas em zonas rurais. Já mesmo em áreas urbanas verificam-se muitas escolas sem biblioteca e internet (FARIA, 2012).

Uma escola deve ter boa infraestrutura, espaços bem organizados e próprios para receber todos os seus alunos, independente de raça, cor, religião, classe social, seja ela portadora de necessidades especiais ou não, conforme orientam os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil:

Garantia de que o ambiente construído seja o menos restritivo possível, incluindo espaços dimensionados de acordo com os preceitos de acessibilidade universal, considerando acessos as salas, área de serviço, cozinha, banheiros, área de brincar externa e interna, dentre outros espaços, de acordo com as normas brasileiras e os decretos em vigor (BRASIL, 2006, p.16).

Com poucos recursos e diversos problemas na gestão, as escolas sofrem com infraestruturas precárias. De acordo com o site UOL, apenas 0,6% das escolas brasileiras têm infraestrutura próxima da ideal para o ensino, isto é, tem biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades especiais (UOL, 2013).

Segundo Simas (2012) duas em cada dez escolas brasileiras estão deprecadas. Entre os problemas, portas e janelas quebradas, brinquedos mal conservados e paredes e muros pichados. Este cenário reporta para a interferência do ambiente na qualidade do ensino e do aprendizado. Uma estrutura deficiente torna as atividades de alunos e professores mais complicadas e pode contribuir, inclusive, com a evasão de estudantes. Para tanto, um ambiente escolar limpo, pintado e organizado faz o aluno se sentir acolhido, disposto a usufruir o que o espaço oferece e empenhado em aprender mais.

Apesar do grande volume de recursos destinados ao aprimoramento e expansão da infraestrutura escolar, no âmbito da educação básica, ainda encontramos um imenso contraste nas condições das escolas e salas de aula do país, além da falta de recursos básicos como água e luz elétrica. Situações como essas ficam evidentes nas afirmações de Vieira quando ela nos afirma que:

Boa parte da infra-estrutura da rede escolar é precária. A rede de atendimento é mal distribuída, representando pesado ônus para o poder público em custos de transporte escolar. Ainda temos escolas de uma só sala, sem serviços básicos como água e até mesmo banheiros (VIEIRA, 2007, p.2)

Segundo Simas (2012) a escola é como um shopping center, em que tudo é voltado para um objetivo. No caso do shopping é o consumo e no da escola, a educação. Todo espaço que cerca o estudante tem de ser atrativo e passar alguma informação. Por isso é importante que os jovens gostem de ficar nela, se sintam à vontade e não queiram ir embora o mais rápido possível.

A partir de noticiários, leituras, pode-se perceber que a situação é caótica e generalizada, pois pouco, ou quase nenhum recurso chega para poder suprir as despesas do dia a dia, ao contrario destas, que aumentam a cada dia que passa. Desta forma, com poucos recursos e diversos problemas, inclusive de gestão, as escolas sofrem e o pior reflexo acaba sendo no aluno. Pois, a qualidade do ensino não depende unicamente da capacitação desses profissionais, mas de todo arredor que permeia o ambiente escolar, ou seja, a infraestrutura escolar (DÖRR, 2012).

A partir dessa situação podemos perceber o descaso dos governantes com a educação, o que indica que esta não é prioridade em nosso país. A falta de recursos das prefeituras trás de volta o debate sobre o financiamento da educação e a necessidade de aumentar os repasses para os municípios. Por outro lado, o desconhecimento dos programas federais e as dificuldades para acessá-los impedem muitas secretarias de Educação de receber as verbas disponíveis.

Segundo Barboza (2016), a educação brasileira precisa de bem mais investimentos em infraestrutura, tecnologias e pessoal e neste último caso a necessidade deve ser centrada em melhorar a carreira dos profissionais do magistério de modo a atrair os melhores alunos do ensino médio para serem professores. Para isso salário bom é um passo indispensável, mas os resultados só virão no médio e longo prazo.

2.3.1 A gestão da educação municipal

No que diz respeito à Educação Municipal, devemos começar por ter boa gestão nas Secretarias Municipais de Educação, estruturando-as bem para gerir os setores administrativo e pedagógico. Os cargos nas secretarias de educação não podem ser preenchidos por “partidos” sem considerar as atribuições que cabe a cada servidor no cargo que vai ocupar. Ser responsável pelo dinheiro e pelo patrimônio público não pode ser para iniciantes nem para pessoas sem formação. A área administrativa de uma Secretaria de Educação é responsável, no mínimo, pelo uso do dinheiro da educação, pelos serviços de pessoal, alimentação e transporte escolar e manutenção da secretaria e da rede de escolas.

A gestão do sistema municipal de educação requer um enfoque que implique trabalhar decisões a respeito do rumo do futuro e se fundamenta na finalidade da escola e nos limites e possibilidades da situação presente. Para isso, trabalha na dimensão de cenários, presentes e futuros, das forças, valores, surpresas e incertezas e da ação dos atores sociais nesses cenários. Assim, a gestão da educação trabalha com atores sociais e suas relações com o ambiente, enquanto sujeitos da construção da história humana, gerando participação, co-responsabilidade e compromisso (BORDIGNON e GRACINDO, 2016).

Para que uma escola se mantenha sólida, é fundamental que seja bem gerida, por isso é preciso que se tenha uma gestão pedagógica atuante e que a escolha de diretores se dê de maneira democrática.

3 METODOLOGIA

Optou-se por selecionar, como campo de investigação, três escolas municipais de Maximiliano de Almeida. Uma estando localizada na área urbana e duas na área rural. Os alunos, em grande parte, residem próximo às escolas que foram observadas e apresentam classes sócio-econômico-culturais diversificadas, devido à sua constituição familiar e os valores que as permeiam, apresentando, cada qual, conhecimentos prévios, ambições/objetivos de vida, aspirações sociais, peculiares.

Este é um estudo exploratório de cunho bibliográfico, com uma abordagem qualitativa por meio de Estudo de Caso, onde foi analisada a infraestrutura das escolas públicas da rede municipal Maximiliano de Almeida.

Yin (1994) apud Collis; Hussey (2005), identifica como características da pesquisa de estudo de caso o fato de o objetivo não explorar certos fenômenos, mas também entendê-los num determinado contexto e a pesquisa usa métodos múltiplos para coletar dados que podem ser tanto qualitativos quanto quantitativos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente foram feitas observações na escola e que foram fundamentadas teoricamente por autores que trabalham a temática, estudados ao longo da formação, originaram alguns questionamentos e, a partir dos mesmos, foi realizado um levantamento bibliográfico para uma maior apropriação teórica de assuntos relacionados à pesquisa.

A realização deste trabalho, foi numa perspectiva qualitativa, pois, segundo Prestes (2005), na pesquisa qualitativa considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade, percepção esta que não pode ser traduzida em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisado é o instrumento chave.

Utilizou-se, ainda, pesquisa de caráter bibliográfico e documental para a coleta de dados. A investigação foi realizada a partir de material já elaborado, como livros e artigos sobre o tema, bem como sobre registros dos órgãos públicos, incluindo meio eletrônico.

3.1 ESCOLAS MUNICIPAIS EM MAXIMILIANO DE ALMEIDA

Uma das principais diferenças entre o espaço urbano e rural são as práticas socioeconômicas, pois no espaço rural prevalecem atividades vinculadas à agricultura, enquanto no espaço urbano costuma reunir atividades vinculadas à indústria e comércio. E é por esse motivo que muitas vezes as escolas acabam se diferenciando, bem como as atividades exercidas, pois é normal que cada escola trabalhe de acordo com a sua realidade, com os seus interesses.

As escolas urbanas e rurais são dois mundos bem distintos, pois as escolas rurais são sempre menores, com um número bem reduzido de alunos, onde todos se conhecem (pois residem na comunidade), o que acaba criando quase um ambiente familiar. Já as escolas urbanas, vivem uma realidade um pouco diferente, estas, recebem alunos de pontos diferentes da cidade, contrastando várias realidades na mesma escola, ou até mesmo na mesma sala de aula.

Existem hoje no país 122.214 escolas na área urbana e 67.604 escolas na área rural, totalizando 189.818 instituições de ensino básico. A distribuição demográfica, porém, é diferente, já que as escolas rurais concentram menos alunos (12% do total de matrículas) (REIS e MORENO, 2015).

Dados do Censo Escolar 2014, mostram no que diz respeito à infraestrutura das escolas urbanas e rurais do país que há muita discrepância. No quesito saneamento básico, o abismo é enorme. Os números revelam, por exemplo, que 70% das escolas da área urbana contam com esgoto encanado, ante 5% das rurais. Como não contam com rede de esgoto, 80% das escolas rurais dependem de fossas. Mas o que chama a atenção é que 15% não têm nenhum tipo de estrutura para lidar com os resíduos (REIS e MORENO, 2015).

Além disso, enquanto 94% das escolas urbanas possuem conexão com uma rede de água, só 27% das rurais contam com a ligação. O restante depende de poços artesianos, cacimbas ou fontes naturais. E o mais preocupante: 14% têm serviço de água inexistente.

As escolas rurais são um grande desafio, pois muitas vezes ficam em regiões com más condições de infraestrutura, que vai desde energia a saneamento básico, o que dificulta uma infraestrutura escolar adequada (REIS e MORENO, 2015).

De acordo com Reis e Moreno (2015), na área urbana, 44% das escolas têm uma quadra de esporte; na rural, esse número cai para 11%. Quase metade (48%) das escolas

urbanas conta com uma biblioteca, contra apenas 13% das rurais. A infraestrutura diferente entre as áreas não pode acarretar em negação de direitos dos alunos da zona rural.

Uma das estratégias previstas na Meta 7 do Plano Nacional de Educação é assegurar a todas as escolas públicas de Educação Básica os seguintes itens de infraestrutura: água tratada e saneamento básico, energia elétrica, acesso à internet com banda larga de alta velocidade, acessibilidade à pessoa com deficiência; bibliotecas; espaços para prática esportiva; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências.

Pelos dados do Censo Escolar, é possível verificar o acesso das escolas a água de rede pública ou filtrada, esgoto sanitário de rede pública, energia elétrica, internet com banda larga, biblioteca ou sala de leitura, quadra de esportes e laboratório de ciências. Apenas 4,2% das 151.884 escolas públicas do Brasil contam com todos estes itens (BITTAR, 2014).

Quando nos deparamos com esses dados, percebemos que a situação das escolas no país é caótica. A educação nunca foi e não é tratada como prioridade, os dados citados nos mostram bem o contrário, a educação está sendo deixada cada vez mais de lado.

O espaço físico escolar é muito importante para os alunos visto que eles passam parte de sua vida presente neste ambiente e não apenas para serem educados, mas também para aprenderem a se socializar com as demais pessoas ao seu redor. Segundo Piaget (apud KRAMER, 2000, p.29) "o desenvolvimento resulta de combinações entre que o organismo traz e as circunstâncias oferecidas pelo meio [...] e os esquemas de assimilação vão se modificando progressivamente, considerando estágios de desenvolvimento", portanto, pode-se dizer que a aprendizagem tem certa relação com o espaço físico em que se desenvolve uma atividade de ensino.

O espaço físico e estrutural de uma escola deve ser organizado de modo que atenda as necessidades sociais, cognitivas e motoras do aluno. Tais questionamentos devem ser levados em conta visto que, o "Estado tem o dever de garantir padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem" (BRASIL, 1999, p.40).

Embora o acesso ao ensino fundamental seja dado como universalizado em todo o Brasil, a persistência das desigualdades educacionais entre a zona rural e urbana faz lembrar os tempos lentos da história. Em pleno século 21, milhares de crianças e jovens enfrentam inúmeras barreiras para continuar os estudos e concluir as etapas do fundamental e do médio, em cenário que muitas vezes evoca os primeiros anos do século passado.

Os números das matrículas no campo mostram que as políticas educacionais na área rural priorizam o atendimento escolar apenas até o 5º ano do ensino fundamental. Daí em

diante, o estudante deve, em geral, buscar outras cidades caso queira continuar a estudar. E embora as matrículas no campo representem apenas 13% do total do país, esse percentual representa mais de 6,6 milhões de crianças e jovens espalhados em 83 mil escolas rurais. Esse contingente de alunos é maior do que toda a população do Paraguai.

Atualmente existem várias políticas para a educação do campo. O problema é que essas políticas ainda não são suficientes ou não são bem aplicadas, isso por fatores diversos, inclusive recursos financeiros e infraestrutura. E mediante esta insuficiência, acabamos ouvindo muitas explicações para o fechamento das escolas do campo: o processo de municipalização, a redução da taxa de natalidade e a diminuição da população rural ao longo dos anos. A nucleação das escolas - a reunião de várias unidades em uma única - é outro fator que contribuiu para diminuição, principalmente no que diz respeito à oferta das séries finais do ensino fundamental e ao ensino médio.

Nesses casos, os alunos da zona rural são transportados pelos municípios para os distritos maiores e muitas vezes para escolas da zona urbana. Essa estratégia elevou substancialmente os gastos com transporte nas esferas públicas municipal, estadual e federal.

O fato das escolas do campo somente serem de 1ª a 4ª séries, não é só porque estão distantes, não há dinheiro, porque os políticos não tem vontade. Mas porque na realidade o único tempo mais ou menos reconhecido como tempo de direitos é de sete a dez anos. A infância tem uma vida muito curta no campo. A adolescência não é reconhecida, porque se inserem precocemente no trabalho, e a juventude se identifica com a vida adulta precocemente (HAGE, 2010, p.464).

De acordo com Souza (2010), a nucleação além de mudar a paisagem rural até então marcada por pequenas escolas multisseriadas, escolas com um só professor, exercendo o papel de professor (a), servente e merendeira entre outras funções, está atrelada à precariedade dos transportes, e reforça processos de exclusão de pessoas do campo à educação escolar. Os deslocamentos dos jovens no sentido campo-cidade às vezes condicionam os mesmos a saírem de suas casas no início da manhã, retornando somente à noite, representado por um lado, uma extensa e cansativa jornada e por outro lado a ausência no trabalho e demais atividades da unidade familiar.

3.1.1 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Madre Cândida Justina

O município de Maximiliano de Almeida possui apenas uma escola municipal localizada no perímetro urbano. A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Madre Cândida Justina, foi construída a partir de um sonho poder ajudar pessoas pobres da Vila Aparecida. Tudo teve início em 1976, quando foi implantada em Maximiliano de Almeida NV-LBA (Legião Brasileira de Assistência), cujo objetivo inicial era prestar auxílio às famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, com o fim da guerra continuou a existir para ajudar famílias credenciadas.

A partir disto iniciou-se o trabalho com algumas famílias no Clube União, onde eram desenvolvidas atividades de confecções de acolchoados, cursos de corte e costura e crochê. Dando continuidade aos trabalhos, em 1981 foi implantado o MOBRAL, que também proporcionava curso de alfabetização de adultos, a qual funcionava também na capela aparecida no turno da noite. Com o passar dos anos, os alunos foram aumentando e as condições de trabalho ficaram inviáveis, foi então solicitada a planta de uma nova escola, surgindo assim a Madre Cândida Justina, que mais tarde passou a se chamar Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Madre Cândida Justina. Esta escola foi sendo construída aos poucos, conforme conseguia-se a verba, ia se erguendo um bloco, por este motivo, ela não se configura um prédio, mas sim, blocos.

3.1.2 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Gildo Begnini

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Gildo Begnini está localizada na Linha Floresta, interior do município de Maximiliano de Almeida. Esta escola já chegou a comportar 70 alunos, sendo uma das maiores da cidade, em seu princípio era uma escola estadual que depois foi municipalizada.

No entanto, em meados de 1998 Maximiliano de Almeida deu início a construção de uma barragem, a qual “inundou” imensas faixas de terra, os moradores que residiam as margens do rio foram indenizados e a maioria deles acabou se relocando em outras cidades, a partir daí, a população de Maximiliano de Almeida só diminuiu, algumas família que tiveram que vender suas terras optaram por construir na cidade, já que estavam aposentados em sua

grande maioria e os filhos já não residiam mais aqui devido a falta de oferta de emprego. Assim, as comunidades foram diminuindo, e o mesmo aconteceu com a Linha Floresta, e conseqüentemente com a Escola M. E.I.E.F. Gildo Begnini.

Hoje, esta escola possui um laboratório de informática, quatro salas de aula e cozinha, não tem refeitório, por isso o lanche é servido na sala de aula. Neste ano letivo tem dez alunos, e por este motivo não recebe PDDE Escola. Oferta somente turmas de 1º ao 5º Ano, os quais são atendidos por duas professoras em turmas multisseriadas.

O número de alunos diminui consideravelmente ano por ano, pois além das famílias que foram embora, as que continuaram já não tiveram mais filhos, ou se tiveram, foi no máximo um ou dois. Pelo que se percebe desta escola, no próximo ano letivo ela não estará mais em funcionamento, pois já esteve em pauta para ser fechada este ano, mas levando em consideração que já foi uma das maiores da cidade, e a pedido da comunidade, se manteve por mais este ano, porém, como a tendência é o número de alunos diminuir, no próximo ano, não será mais viável manter ela aberta.

3.1.3 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Monteiro Lobato

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Monteiro Lobato, está localizada na Linha Cerro da Rapadura, atende em média 50 alunos, conta com 10 salas de aula, cozinha, refeitório, laboratório de informática e sala de professores. Em 2014 essa escola precisou passar por uma reforma geral, pois recebeu um aluno cadeirante. Por ser uma escola bem antiga, nada era adaptado.

A partir da matrícula do ano letivo de 2016 deu-se início ao processo de reforma, rampas de acesso foram construídas em toda escola, portas foram alargadas para que ele pudesse se locomover sozinho pela escola. Um dos banheiros foi completamente adaptado. Foi adquirida uma mesa escolar específica para esse aluno, onde ele pudesse utilizá-la com sua cadeira de rodas. A escola passou por essas e outras diversas mudanças para melhor acolher este aluno, para que ele realmente se sentisse acolhido no meio escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Moura (2006) o cenário da arquitetura atual vem se mostrando cada vez mais preocupado não apenas com a estética ou a construção em si, mas também pelo desempenho que o edifício pode oferecer aos seus usuários. Nessa mesma direção, Elali (2003) ressalta a importância do espaço escolar no desenvolvimento da aprendizagem infantil, as relações pessoa-ambiente e a preocupação com a definição dos lugares que contribuem para a formação da identidade pessoal e de competências a serem desenvolvidas individualmente.

Conforme Neto et al. (2013) mais de 44% das escolas da educação básica brasileira ainda apresentam uma infraestrutura escolar elementar, apenas com água, sanitário, energia, esgoto e cozinha. São aspectos para o funcionamento de um prédio escolar, sem qualquer característica específica relacionada ao processo ensino-aprendizado. E somente 0,6% das escolas apresentam uma infraestrutura considerada avançada. Esses resultados demonstram o quanto ainda é preciso avançar para proporcionar aos estudantes um ambiente escolar com infraestrutura adequada aos propósitos de uma educação de qualidade, especialmente pública, o que perpassa pela qualidade da infraestrutura escolar (Neto et al., 2013). As escolas no nível avançado, além dos itens básicos, possuem uma infraestrutura escolar mais robusta e mais próxima do ideal, com a presença de laboratório de ciências e dependências adequadas para atender estudantes com necessidades especiais. Segundo Neto et al. (2013) 61,8% das escolas municipais estão na categoria Elementar apenas com água, sanitário, energia, esgoto e cozinha.

Segundo dados do censo escolar de 2014, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Madre Cândida Justina (EMEIEF Madre Cândida Justina), apresenta em sua infraestrutura: água filtrada, água da rede pública, energia da rede pública, esgoto da rede pública, lixo destinado à coleta periódica, lixo destinado à reciclagem, acesso à Internet, banda larga. Conta com 11 de 17 salas de aulas utilizadas; 47 funcionários; Sala de diretoria; Sala de professores; Laboratório de informática; Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE); Alimentação escolar para os alunos; Cozinha; Biblioteca; Parque infantil; Banheiro dentro do prédio; Refeitório; Despensa; Almojarifado; Pátio descoberto; Lavanderia. Em relação aos equipamentos apresenta Computadores administrativos; Computadores para alunos; TV; Copiadora; Equipamento de som; Impressora; Equipamentos de multimídia; Videocassete; DVD; Antena parabólica; Retroprojeto; Impressora; Aparelho de som e Projetor multimídia (datashow).

A escola tem seu acesso bem dificultado, cheia de degraus. Dividida em blocos, sendo uma parte dela construída em alvenaria e a outra em madeira. Sua construção não foi projetada, então construções foram sendo realizadas uma ao lado da outra, sobrando pouco ou quase nada de espaço para o pátio. Seu espaço físico é composto de uma secretaria, sala de professores, sala de materiais, banheiros, cozinha e refeitório. Os banheiros são adaptados à educação infantil com vasos sanitários pequenos, lavabos baixos e de fácil acesso. Nesta escola, toda água distribuída é filtrada; a água para beber, para higiene pessoal e a utilizada no preparo dos alimentos.

Já na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gildo Begnini, suas características são completamente diferentes. O espaço construído da escola corresponde à metade da escola anteriormente citada. No que diz respeito à sua infraestrutura, a mesma apresenta água de poço artesiano, energia da rede pública, fossa, lixo destinado à coleta periódica, lixo destinado à reciclagem. Conta com 3 de 6 salas de aulas utilizadas; 4 funcionários; Sala de professores; Quadra de esportes descoberta; Alimentação escolar para os alunos; Cozinha; Banheiro dentro do prédio; Sala de secretaria; Despensa; Pátio descoberto e Área verde. Com relação a equipamentos apresenta TV; Copiadora; Equipamento de som; Impressora; Equipamentos de multimídia; DVD e Antena parabólica.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Monteiro Lobato, segundo dados do Censo/2014 a escola apresenta água de poço artesiano, energia da rede pública, fossa, lixo destinado à coleta periódica, lixo destinado à reciclagem e acesso à Internet. Em suas dependências apresenta 10 salas de aulas; 17 funcionários; Sala de diretoria; Sala de professores; Laboratório de informática; Alimentação escolar para os alunos; Cozinha; Biblioteca; Banheiro dentro do prédio; Sala de secretaria; Refeitório; Despensa e Pátio descoberto. Em relação aos equipamentos conta com Computadores administrativos; Computadores para alunos; TV; Copiadora; Equipamento de som; Impressora; Equipamentos de multimídia e DVD.

No que diz respeito à distribuição das escolas em relação à sua localização em áreas urbanas ou rurais, apenas 18,3% das escolas urbanas têm infraestrutura elementar, o oposto ocorre em relação às escolas rurais: 85,2% encontram-se nesta categoria (Neto et al., 2013).

Nas escolas analisadas percebe-se que as escolas apresentam esta infraestrutura escolar elementar, básica até adequada, ou seja, uma infraestrutura mais completa, além de água, sanitário, energia, esgoto e cozinha, as escolas municipais apresentam sala de diretoria, sala de professores, biblioteca, laboratório de informática, acesso a internet e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora, o que permite um ambiente mais propício para o

ensino e a aprendizagem. Verifica-se também a presença de espaços que permitem o convívio social e o desenvolvimento motor, tais como quadra esportiva e parque infantil.

O total de escolas públicas brasileiras com todos os itens de infraestrutura adequada previstos no Plano Nacional de Educação (PNE) avançou pouco menos de um ponto percentual (p.p) desde 2009 até 2013: de 3,06% para 4,2%. O item que mais cresceu, isoladamente, foi a banda larga (14,6 p.p.), chegando a 40% dos estabelecimentos em 2013, cobertura maior que a rede de esgoto sanitário, presente em 35,78% das escolas (PNE, 2014).

Decroly (citado por ELALI, 2003) ressalta que o espaço exterior é fonte de saúde e gerador de curiosidade, conhecimento e aprendizado e que a criança em contato com essa dinâmica estimula seus diversos sentidos. Os equipamentos disponíveis, o espaço existente e a natureza dos equipamentos: casinha de boneca, balanço, ponte do Tarzã, gira-gira, trepa-trepa e outros oportunizam a prática de atividades grupais e lúdicas defendida por Montessori (citada por ELALI, 2003).

Na EMEIEF Madre Cândida Justina os alunos não possuem um espaço adequado para realizar as recreações, bem como espaços reservados para o desenvolvimento de atividades em grupo e nem mesmo a Educação Física, que precisa ser feita no campo de futebol da comunidade. A escola possui um laboratório Pró-Info que contribui muito na hora de poder diversificar as aulas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/2009 “para a efetivação de seus objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempo (...) (RCNEI, 1998, p.19)”. Não era o que acontecia nessa escola, pois na mesma, não existia nem um pátio para que pudessem ser feitas as recreações, as quais tinham que ser feitas na própria sala de aula. O único momento onde os alunos podiam brincar ao ar livre era no parquinho, mas este momento só acontecia uma vez na semana, pois como diversas turmas utilizavam o mesmo espaço, existia um cronograma indicando qual dia da semana cada turma iria.

Segundo Moura (2006), as instituições escolares oferecem aos usuários apenas espaços de estudo, sem adequação ao tipo de atividade e ao local em que foi instalado, limitando dessa forma a função social da escola. Considerando a necessidade diária do aluno de permanecer uma boa parte do seu tempo numa sala de aula, verifica-se a importância deste local oferecer o conforto ambiental de melhor qualidade para proporcionar o ensino, aprendizagem e o convívio social.

Segundo Beltrame e Moura (2016) os espaços naturais fortalecem a saúde e o bem-estar das pessoas. Escolas cujas construções reúnem apenas concreto, pisos, madeiras e ferros, deixam a desejar enquanto ambientes proporcionadores de boa qualidade para o estudo e o aprendizado. Gilmartín (1996 citado por ELALI, 2003) comenta a necessidade de priorizar as características sócio-físicas dos ambientes e as relações entre estes e a criança proporcionando contato variado, tanto construídos pelo homem quanto naturais, promovendo condições plenas de desenvolvimento.

Nas EMEIEF Gildo Begnini e Monteiro Lobato, as mesmas apresentam áreas arborizadas para o desenvolvimento de atividades ao ar livre.

Com relação aos ambientes adequados para cada faixa etária, até o ano letivo de 2015, o município de Maximiliano de Almeida não possuía nenhuma escola adequada para a faixa etária de seus alunos. A educação infantil era atendida na EMEIEF Madre Cândida Justina, em um ambiente totalmente inadequado, em virtude de esta mesma escola atender também o Ensino Fundamental, restando um mínimo espaço para a Educação Infantil e completamente fora dos padrões exigidos pela legislação.

Um estudo realizado por Riani (2004) destaca que escolas com biblioteca, quadras e laboratórios de ciências exercem influencia significativa para a assiduidade à escola. As bibliotecas são espaços com funções educativas que complementam as formações cultural e científica dos estudantes.

Para que as bibliotecas possam desempenhar o seu papel é necessário contar com um espaço físico, recursos humanos e materiais. As três escolas analisadas apresentam biblioteca que funciona somente para empréstimo de livros não apresentando espaço físico para que os alunos adentrem e façam leituras. Sendo assim, a bibliotecas dessas escolas enfrentam carência de infraestrutura para desempenhar o papel fundamental que um espaço destinado à leitura representa no processo ensino e aprendizagem.

Com relação às salas de aula, as três escolas apresentam salas regulares vitrôs basculantes, no verão necessitam de ventilação artificial, que é realizada pelo uso de ventiladores de teto.

A EMEIEF Madre Cândida Justina, pela forma centralizada como foi projetada a construção do prédio escolar, há interferência acústica significativa que desconcentra os alunos. Segundo Moura (2006), as consequências causadas por um ruído sobre o ser humano variam desde distúrbio do sono, perturbação do descanso e das atividades de lazer interferindo na comunicação oral, perturbações de concentração, perda de eficiência no trabalho, estresse e danos auditivos.

Em relação ao mobiliário, as mobílias das três escolas estão bem dispostas favorecendo o trânsito dos alunos. As mesas e cadeiras são adequadas para a faixa etária, a qual se destinam. Sommer (1973 citado por ELALI, 2003) afirma que a disposição da mobília e as condições ambientais refletem nos fatores de sociabilidade dos usuários, desempenho acadêmico e na saúde, por isso devem estar dispostos de forma a propiciar a interação professor-aluno.

Na EMEIEF Monteiro Lobato também os itens observados parecem atender as necessidades básicas dos alunos da faixa etária a que se destinam. No entanto, se considerarmos o art.8º das Condições Gerais da Acessibilidade (BRASIL, 2004) em que traz o texto: “II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança [...]”. Esta escola não oferece as condições mínimas para qualquer criança que tenha necessidades especiais. No presente ano letivo iniciou um processo de reforma ou adaptação para garantir o direito de igualdade estabelecido no artigo 227, parágrafos 1º e 2º da Constituição Federal.

A EMEIEF Madre Cândida Justina todos os anos a escola recebe o PDDE –Escola que é utilizado para comprar materiais de uso dos alunos, bem como algum material permanente que a escola esteja necessitando.

As escolas analisadas são completamente diferentes, tanto em infraestrutura, quanto em sua clientela. O município perde muito com o fato de ter três escolas tão distintas, pois todo material adquirido é triplicado, precisa comprar para as três. Por exemplo, uma coleção de livros, um retroprojeter, não existe a possibilidade das três usarem juntas, devido a distância entre elas, sendo assim, tudo que a secretaria compra tem que ser triplicado, o que aumenta muito o custo de manutenção das escolas. Sendo que se fossem nucleadas, poderia se comprar apenas uma unidade do que se precisa e o valor das outras duas poderia se investir em outros itens, ou até em melhoria de infraestrutura da própria escola. Pois, quando os recursos são destinados às escolas polos, há uma disponibilidade maior quanto a materiais, mobiliários e ornamentação.

No que diz respeito à gestão escolar e à gestão da educação municipal é necessário que se tenha boa gestão nas Secretarias Municipais de Educação, estruturando-as bem para gerir os setores administrativo e pedagógico. Os cargos nas secretarias de educação, conforme Barboza (2014), não podem ser preenchidos à luz de acomodações partidárias sem considerar as atribuições que cabe a cada servidor no cargo que vai ocupar.

Precisamos que a gestão da educação esteja focada em avaliar, propor e executar melhorias a partir dos resultados obtidos. As possibilidades para avançar são muitas, o pedagógico não pode continuar em segundo plano.

Se a gestão da educação e a gestão pedagógica fossem divididas e cada uma se inteirasse em sua função específica, tudo produziria bem mais. Pois é preciso se informar sobre aquilo que se faz, conhecendo cada vez mais.

A realidade das escolas mostra que uma educação de qualidade não se resume apenas ao investimento com o aperfeiçoamento de seus profissionais, mas demonstra que um ambiente com estrutura adequada a cada faixa etária torna-se um estímulo para as crianças quererem permanecer no ambiente. Isso possibilita o impedimento de evasões, bem como desperta o interesse em seguir sempre se aperfeiçoando e aumentando o nível de aprendizagem.

Assim, as escolas da rede pública municipal de Maximiliano de Almeida, contam com uma estrutura relativamente razoável no que se refere às dependências. Claro que há espaço para melhorias, e muitas, mas o que se observa neste aspecto é que a infraestrutura, no que se refere às dependências, está minimamente assegurada nas três escolas, o que nos faz pensar que os aspectos relacionados aos recursos pedagógicos e a conservação, dos prédios e equipamentos das escolas, são os que apresentam pior cobertura.

Se o espaço escolar não for um espaço desafiador, envolvente e que desperte o interesse da criança, de alguma forma elas tentarão demonstrar suas insatisfações. Estas manifestações podem ser expressas em seu comportamento, na forma como se relacionam uns com os outros e também com os professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a distribuição da oferta de infraestrutura e as condições de conservação dos itens que a compõem nas escolas públicas municipais do município de Maximiliano de Almeida, entendendo que tanto a presença quanto o uso de tais itens e seu estado de conservação impactam na aprendizagem dos alunos. Os dados reportados indicaram que, de forma geral, as escolas municipais contam com uma estrutura relativamente razoável no que se refere às dependências. Embora haja campo para melhorias, a questão do uso dos recursos, na perspectiva da conservação, ainda é um ponto de estrangulamento na realidade das escolas municipais.

Este estudo ressalta as desigualdades de infraestruturas existentes entre as três escolas analisadas. Bem como demonstra o quanto estamos distantes, não somente da equidade entre as escolas, mas também da garantia de um padrão mínimo de qualidade. Assim, fica transparente a necessidade de políticas públicas que visem a diminuir as discrepâncias e promover condições escolares mínimas para que a aprendizagem possa ocorrer em um ambiente escolar mais favorável.

De acordo com a teoria as escolas que possuem infraestrutura escolar, tecnológica, básico e alimentar são tipicamente da zona urbana, o que corrobora com os dados levantados no presente estudo. As escolas urbanas dispõem de recursos mais sofisticados para oferecer aos seus alunos.

O estudo aqui apresentado ressalta as desigualdades de infraestrutura existente entre as escolas e também chama a atenção para a importância e necessidade de se analisar, os fatores contextuais passíveis de intervenção que possam trazer melhorias para o sistema educacional.

A questão da gestão, seja no âmbito governamental ou no escolar, é reforçada pelo impacto negativo do Índice de Dependência no desempenho. Políticas de expansão e reformas das redes podem estar sendo implementadas. No entanto, há que se verificar se os recursos destinados estão sendo utilizados de forma coerente, para o alcance dos resultados desejados.

Esses dados reforçam a literatura que afirma que os recursos escolares importam e que a gestão adequada dos mesmos é fator determinante para a promoção da aprendizagem.

É compromisso da gestão democrática da educação gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e a democracia, construindo políticas públicas educacionais comprometidas com a formação da cidadania e a felicidade de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Martim Saraiva. **Importância Da Gestão Na Educação Municipal**. Disponível em: <http://www.cdprs.com.br/index.php/publicacao/1/importancia-da-gestao-na-educacao-municipal-fonte-prof-martim-barboza>. Acesso em 20 de junho de 2016.

BARBOZA, Martim Saraiva. **Importância da gestão na educação municipal**. 2014. Disponível em: <http://agenda2020.com.br/2014/01/importancia-da-gestao-na-educacao-municipal/>. Acesso em 21 de julho de 2016.

BELTRAME, M.B.; MOURA, G.R.S. **Edificações Escolares: Infra-estrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem escolar**. Disponível em: http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_006/EDUCA%C7AO/PDF/EDIFICA%C7%D5ES%20ESCOLARES.pdf . Acesso em 20 de junho de 2016.

BITTAR, João. **Menos de 5% das escolas tem infraestrutura adequada ao PNE**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/30192/menos-de-5-das-escolas-tem-infraestrutura-adequada-ao-pne/>. 2014. Acesso em 20 de junho de 2016.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R.V. **Gestão da Educação: o município e a escola**. 2013. Disponível em: <https://genuinobordignon.wordpress.com/2013/06/11/gestao-da-educacao-o-municipio-e-a-escola/>. Acesso em 19 de julho de 2016.

BORGES, Evelyse Lemos. **Teorias e práticas pedagógicas**. In: Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará – A gestão pedagógica e o desempenho escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005. 100p. (Coleção gestão escolar).

BORGES, Priscilla. **Estudo do BID mostra que acesso a biblioteca, laboratórios de ciências e computadores impacta ensino significativamente**. 2011. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/infraestrutura-adequada-nas-escolas-melhora-aprendizagem/n1597288520232.html>. Acesso em 20 de junho de 2016.

BRASIL. **Padrões Mínimos de Qualidade do Ambiente Escolar, Fundo de Fortalecimento da Escola**. FUNDESCOLA/ MEC, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL-ato2004>. Acesso em: 5 junho 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL-ato2004>. Acesso em: 10 junho 2016.

BRASIL MEC, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. **Padrões Mínimos de Qualidade do Ambiente Escolar, Fundo de Fortalecimento da Escola** FUNDESCOLA / MEC, 2006.

CASTRO, Cláudio de Moura; FLETCHER, Philip. **A escola que os brasileiros frequentaram em 1985**. Rio de Janeiro: Ipea, Iplan, 1986.

CLASSAPP. **Qual a influência da infraestrutura escolar no aprendizado?** Disponível em: <http://blog.classapp.com.br/qual-a-influencia-da-infraestrutura-escolar-no-aprendizado/>. Acesso em: 10 junho 2016.

COLLIS Jill, HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**. 2ª edição, Porto Alegre: Bookman, 2005.

DAVIS, Claudia. OLIVEIRA, Zilma. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

DÖRR, Andréa Cristina. Materialidade da Rede Pública Municipal de Ensino: **infraestrutura**. In: Formação de dirigentes municipais de educação no Rio Grande do Sul, 2012.

ELALI, G. V. M. A. **O ambiente da escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil**. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v8n2/19047.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2016.

FARIA, Ernesto Martins. **Infraestrutura - a situação das escolas brasileiras**. 2012. Disponível em: <http://gestaoescolar.org.br/espaco/infraestrutura-situacao-escolas-brasileiras-681883.shtml>. Acesso em 10 de junho de 2016.

HAGE, S.M. **Concepções, práticas e dilemas das escolas do campo: contraste, desigualdades, e afirmação em debate**. In: SOARES, L. ET AL. (Orgs) Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Textos selecionados do XV ENDIPE – Encontro Nacional de didática e prática de ensino realizados na UFMG de 20 a 23 de abril de 2010.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos**. São Paulo: Ática, 2000.

LIBÂNEO. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e prática**. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

MOURA, T. R. S. **O conforto ambiental em edifícios escolares: da análise ao projeto**. 116 f. 2006. Trabalho Final de Graduação. Universidade Estadual Paulista, Bauru.

NETO et al. **Uma escala para medir a infraestrutura escolar**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>. Acessado em 23 de abril de 2016.

PRESTES, Maria Lucia de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3ª Edição. São Paulo: Rêspel, 2005.

RCNEI. 1998. **Referenciais curriculares para a educação infantil**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acessado em 23 de abril de 2016.

REIS, T.; MORENO, A.C. Brasil urbano x Brasil rural. **Disponível em:** <http://especiais.g1.globo.com/educacao/2015/censo-escolar-2014/brasil-urbano-x-brasil-rural.html>. **2015. Acesso em 20 de junho de 2016.**

RIANI, Juliana de Lucena Ruas; RIOS NETO, E. L. G. Background familiar versus perfil escolar do município: qual possui maior impacto no resultado educacional dos alunos brasileiros?. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 25, p. 251-269, 2008.

SIMAS, Anna. **Estrutura precária afeta o ensino.** Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estrutura-precaria-afeta-o-ensino-3fqdq2nqmd0u7ym8mvdgbeq6>. Acessado em 23 de abril de 2016.

SOARES, J.F.; ANDRADE, R. **Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte.** Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, 2006.

SOUZA, M.A. **Educação, escola e povos do campo:** práticas educacionais em questão. In: Soares, L. ET AL. (Orgs) Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Textos selecionados do XV ENDIPE – Encontro Nacional de didática e prática de ensino realizado na UFMG de 20 a 23 de abril de 2010.

UOL. **Desigualdades em campo.** Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp>. Acessado em 23 de abril de 2016.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão, avaliação e sucesso escolar:** recortes da trajetória cearense. Estudos avançados. V. 21, n 60. São Paulo, maio/agosto de 2007. . Disponível em < <http://www.scielo.com.br>. Acessado em 23 de abril de 2016.